

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 147 - Junho de 1978

EDITORIAL

Respostas a um novo quadro

O elemento novo na realidade brasileira é a sensível aceleração da dinâmica do processo político e social. Concorrem para esta aceleração dois fatores essenciais.

O primeiro é o crescimento da influência das forças de oposição, para as quais a necessidade de estruturar uma frente democrática — com tudo o que isto possa representar em termos de coordenação de iniciativas e estabelecimento de programas — sai do terreno das idéias e começa a se definir através de proposições concretas.

O outro é a acentuação da decomposição do regime, que já não pode manter entre os muros do Palácio do Planalto os segredos de suas cisões, nem tampouco esvaziar as iniciativas das forças democráticas, nesta nova etapa, apesar de todas as promessas de auto-reforma e das ameaças de recurso aos métodos habituais de arbítrio e violência. Não o consegue justamente porque sua própria natureza parece impedi-lo de propor algo que não seja auto-reforma, perpetuação sob novas vestes. E a Nação está farta, fartíssima de ditadura.

Há mais, o regime já não consegue distarçar sua impotência diante de fatos consumados que escapam à sua legislação, ou que se dão no âmbito mesmo desta legislação, na medida em que encontram correspondência nas aspirações nacionais largamente majoritárias. O desenrolar das greves de São Paulo e a contestação da indicação dos governadores nos limites do próprio partido da ditadura atestam esta impotência.

É com este quadro de fundo, marcado no tempo pelo ano eleitoral e a consequente mobilização de uma campanha, que cresce de importância a afirmação de que a ditadura ainda não acabou, como pretendem alguns, numa atitude ilusória e desmobilizadora.

Mas seu lenocimento parece ser inelutável. E compreender isto não é ver as coisas mais fáceis diante de nós. Ao contrário. No período complexo cujos contornos vão se delineando, o perigo maior seria exatamente o de dar passos falsos, estimulados pelo aventureirismo ou pela má avaliação da correlação de forças. Nada seria mais eficaz do que isso para o reagrupamento das baterias do regime, conjuntamente neutralizadas. Ademais, quando determinadas armas revelam-se inviáveis — e nós queremos que a violência terrorista da ditadura se torne cada vez mais inviável, e o mais rapidamente possível —, outras armas passam a ser

utilizadas prioritariamente para a defesa dos mesmos interesses.

Que temos a dizer, portanto, sobre as questões concretas de maior atualidade, como a Frente, a participação no colégio eleitoral que indicará o novo chefe de Estado, as eleições parlamentares e a situação do MDB?

Nossas proposições não poderiam desvincular-se de tudo o que já dissemos em nossos textos e documentos a respeito da evolução do processo político, e de onde emanam respostas coerentes.

O PCB apóia a Frente na medida em que ela se constitua não só para levar a um isolamento cada vez maior do regime, e ao seu fim, como também para a estruturação do conjunto de forças chamadas a construir e garantir um novo regime democrático em nosso País. O nosso esforço para a construção de uma frente democrática, dizemo-lo para dirimir dúvidas, estará sempre presente em nossa visão estratégica.

Isto não contradiz a necessidade de manter a unidade do MDB em torno de seu programa nas próximas eleições legislativas. Já se afirmou com razão que o MDB dá legitimidade à existência da Frente, mas não é menos verdade que ele é ainda o instrumento para aquilo que, guardados os parâmetros da atual conjuntura, se constitui em fato político de importância ímpar: as eleições legislativas de novembro. Não há como se enganar: cada voto dado ao MDB será um golpe no regime.

Apresenta-se, por fim, a questão presidencial. E não é por acaso que usamos a expressão pela primeira vez: criaram-se as condições para que a participação no colégio eleitoral deixe de se restringir aos limites de uma anticandidatura. Sim, já se torna possível pôr em xeque a indicação de um ditador-herdeiro.

O problema desta candidatura tem que ser examinado, antes de mais nada, à luz dos interesses oposicionistas nas eleições de novembro. Vão ser preciso saber se uma candidatura presidencial ampliará e unificará a frente pela democracia, dentro e além das fronteiras do MDB. E se ela contribuirá para aumentar o desgaste e o isolamento do regime, ou se fornecerá a este, ao contrário, um expediente para concentrar todas as atenções da Nação em algo que, evidentemente, pode não ser o decisivo.

Construir uma saída: esta é a tarefa atual

(pág. 4)

Encontro PCB-PCI: democracia na ordem-do-dia

(pág. 3)

Maluf: quando o regime engole um cacareco

(pág. 2)

Frente democrática, instrumento numa visão estratégica

(pág. 8)

Interesse do imperialismo na desestabilização da África

(pág. 7)

Maluf: o cacareco corrupto que se impõe a um regime incapaz de ocultar o fracasso

Foi Maluf quem riu por último na convenção da Arena paulista. Certamente o personagem não terá consciência da própria pequenez. Atribuirá seu triunfo à laboriosa sedução dos convencionais, empreendida sem desfalecimentos desde há alguns anos, no tempo disponível entre uma negociata e outra. De certa forma, ele não deixa de ter razão. Para alguma coisa valeram as peregrinações pelo interior, os apertos de mão, as inaugurações, os bailes de debutantes, as palestras em *rotarys clubs*, enfim, a repetição dos gestos que compõem a liturgia de uma campanha eleitoral, naquilo que ela tem de mais negativo e demagógico. Conseguiu, com isso, chegar à convenção com a auréola de candidato. Preterido, mas candidato, num panorama sucessório em que os demais preteridos não haviam ultrapassado a condição de postulantes.

Ao longo de sua «campanha eleitoral», Maluf, assim como o infeliz Natel, ouviu pedidos, anotou queixas, recebeu sugestões. Prometeu cargos, obras públicas, medidas governamentais. Na falta de uma estrutura partidária que seja um veículo hábil de agregação e defesa de interesses, nas condições de um federalismo definhante, dada a atrofia da margem de atuação autônoma dos poderes estaduais e municipais, tais expedientes alimentam uma miragem de representação. Ora, esta fantasmagoria, nas circunstâncias políticas em que se desenrolou a convenção, teve uma eficácia não desprezível. Os demais preteridos, como foi dito, não passaram de postulantes: na sua quase totalidade homens de escasso convívio com as bases políticas, mais propensos a sondar a alma das eminências pardas do Planalto em busca daquela palavrinha que os credenciasse à designação.

A designação coube, entretanto, a Natel. A crônica do regime registrará que era o candidato preferencial de Figueiredo. Muitos fatores teriam militado em favor do ex-ungido: uma sólida reputação de subserviência, o Bradesco, os laços pessoais com o candidato federal, a sua própria condição de candidato construída em torno da imagem do «governo do caipira». Contou também a familiaridade com a prática do clientelismo, já demonstrada nos tempos em que Natel «militava» no PR, que poderia habilitá-lo a montar, em São Paulo, a máquina eleitoral oficialista. Ficará também registrado que os preteridos, apesar de algumas limitadas adesões (estigmatizadas aliás por Paulo Egydio) ter-se-iam desinteressado pela sorte do candidato oficial e concorrido, de uma maneira ou de outra,

para que a teimosia de Maluf fosse bem sucedida. Polarizou-se, em torno de seu nome, um cartel de descontentes. Não será com certeza omitido o fato de que, durante o desenrolar dos ásperos conflitos grupais que precederam a convenção, a classe operária paulista empreidia uma greve exemplar, uma das mais significativas de sua história.

Maluf não deixa de ser um Cacareco, talvez o primeiro Cacareco das eleições indiretas. Não vamos daí concluir, apressados, que os convencionais da Arena «não estavam preparados para votar». Examinemos mais de perto este episódio, tão rico em ensinamentos sobre o estágio atual da decomposição do fascismo.

Os cacarecos têm em comum alguma coisa de grotesco que faz com que os votos que motivam revistam-se de uma aparência absurda. Mais do que o sentido positivo da escolha, traduzem uma recusa simbólica e em muitos casos um protesto real. O voto em Maluf, na convenção arenista, teve em larga medida esta significação. Rejeitou-se um modo prepotente de designação dos governantes pelo núcleo militar do regime, sem mesmo um simulacro de consulta às forças políticas interessadas. Não é à toa que o argumento eleitoral de maior peso do ex-prefeito foi sua propalada condição de candidato «das bases».

Já em 1974, na ocasião em que foi nomeado o atual governador Paulo Egydio, o governo federal escapou por pouco de um dissabor humilhante. O preferido do então governador Laudo Natel era Delfim Neto. Contavam esses senhores com o apoio declarado da Federação das Indústrias, da Federação do Comércio e da Associação Comercial de São Paulo. A indicação de Paulo Egydio decorreu de considerações maiores, ligadas à composição do esquema de forças da sucessão de Médici. Todos se lembram da correria de Petrônio Portela pelos Estados, esbafando-se em busca do «consenso», palavra que entrou na moda neste momento. Revelando-se a conquista do consenso tão incerta como a do Santo Graal, alterou-se o processo de ratificação das escolhas do Planalto: os diretórios estaduais e não mais as convenções partidárias se desincumbiram desta função. A imposição do nome de Paulo Egydio, que talvez não tivesse condições de eleger-se vereador em Potirendaba, suscitou dissensos e ressentimentos que contribuíram para que a derrota de Carvalho Pinto assumisse as proporções de um massacre.

Constatamos pois que o poderoso dispositivo montado pelo governador Natel em 1974, com a adesão do patronato paulista, foi constringido a inclinar-se e reduzido a manifestar seu inconformismo de forma sub-reptícia. Ora, quatro anos depois um Paulo Salim Maluf qualquer faz figura de herói formidável, enfrenta o rolo compressor e canta vitória. Por quanto tempo, não se sabe: afinal, o novo David tem seus bens sob sequestro e está à mercê da Comissão Geral de Investigações. Mas já se fala que sua proeza poderá desestabilizar a candidatura de Figueiredo.

Na verdade, Maluf não desestabilizou coisa alguma. O que aconteceu foi um sintoma sério do processo de desagregação do regime, que conheceu progressos extraordinários de 74 para cá. As ondas de choque deflagradas pela resistência democrática, que ganha a sociedade em profundidade e extensão, propagam-se até o interior das instituições do regime, mesmo das aparentemente melhor preservadas, fazendo com que seu funcionamento se dê em meio a uma turbulência sem precedente.

Nessas condições, por menor que seja o espaço aberto à movimentação das correntes políticas ele dá ensejo a comportamentos imprevisíveis, propensos a se chocar com o monolitismo necessário ao exercício do poder nos quadros deste regime.

Assim, em meio ao arsenal de violências contido no «pacote» de abril havia uma janelinha por onde o governo esperava canalizar, permitindo-lhe uma pávida expressão, certos anseios de representação política latentes na sociedade. Devolvia-se a escolha dos candidatos indiretos às convenções partidárias. No caso de São Paulo, por esta janela soprou um vento de contestação.

Pode-se afirmar que houve uma contestação do regime como um todo? Maluf jura por Deus que não. E de fato seria imprudente conferir-lhe, e aos que o ajudaram direta ou indiretamente, o qualificativo de democrata. Na história do nosso fascismo tupinambá não foram raras as tensões entre o componente militar e o componente civil do regime. É inerente ao processo de sua implantação o descompasso entre a natureza fascista do regime e a ideologia liberal que anima vastas parcelas de sua base política de sustentação. Essas tensões tornam-se mais agudas em função dos inevitáveis dissídios entre setores da burguesia, às voltas com o reajustamento forçado do modelo econômico. Mas a ameaça mais grave que paira sobre a ditadura, ainda que auto-reformada, é o nível atingido pela resistência democrática, pelo crescente grau de unidade e combatividade dos movimentos de massas e das forças de oposição, entre as quais ganha um papel de destaque, agora com suas formas próprias de luta, o movimento sindical. É este o mais poderoso fator de instabilidade do regime, que amplifica todos os demais, cobrindo de descrédito seus laboriosos esforços de perpetuação, empurrando muitos dos que até ontem o

(segue)

apoiavam a buscar alternativas que não colidam com a opinião majoritária no País.

É neste quadro que certas personalidades da Arena, ou mesmo influentes militares, que tenderiam a situar-se na faixa da negociação do regime com a oposição democrática, evoluem rapidamente sob a pressão dos acontecimentos. Suas atividades revestem-se então de um caráter objetivamente oposicionista. Na convenção arenista de São Paulo manifestou-se pelo menos uma corrente com estas características, que acabou, como todos os inconformados, por sufragar Maluf. Há um ineludível clima de fim de reinado, a sensação de que estas eleições indiretas «serão as últimas», de que se aproxima a hora de uma recomposição do sistema político. Há quem lute ativamente para que estas previsões se realizem. Outros limitam-se a incluir tal possibilidade no horizonte de seus cálculos políticos e a tomar medidas acautelatórias, mas ao fazê-lo não deixam de concorrer para o emperramento da mecânica institucional. Muita gente que votou, ou fez votar por Maluf, julgou encontrar assim uma maneira de distanciar-se de um regime que a evolução da sociedade tornou obsoleto. Outros ainda, na expectativa de que este não será o último lance do jogo, fizeram de seu voto um expediente para preencher provisoriamente um lugar e, ao mesmo tempo, deixá-lo vazio.

Não nos cabe perscrutar o foro íntimo das lideranças descontentes da Arena para avaliar-lhes a pureza das intenções, ou a dose exata de convicção democrática que orienta seus atos, mas aproveitarmos todas as oportunidades para, inclusive com o concurso delas, golpearmos o regime.

Se a crise do fascismo decorre fundamentalmente da ação das forças democráticas, não podem elas deixar passar as ocasiões de aumentar sua influência na vida pública e de acelerar a decadência do sistema ditatorial.

Não perdemos de vista o maior combate político que se anuncia para este ano: as eleições parlamentares. Nessas eleições, travaremos uma batalha frontal contra o fascismo, e a linha divisória é nítida: ela passa entre a Arena e o MDB. Estes partidos são expressões parlamentares dos dois blocos de forças sociais e políticas que se afrontam nacionalmente em torno da questão democrática.

Podem no entanto ocorrer, em algumas eleições indiretas, circunstâncias em que a ativa participação das forças oposicionistas propicie soluções positivas passando por compromissos aceitáveis. Entendemos por positivas soluções que permitam frustrar a designação arbitrária de governantes e que facilitem o advento, a curto prazo, da plenitude democrática. Podem ser aceitáveis os compromissos assumidos perante as massas, que não diluam o grau de unidade da oposição, que preservem seus objetivos programáticos e isolem os partidários tanto da perpetuação como da auto-reforma do fascismo.

Nicanor Fagundes

PCB-PCI: um traço de união na proposta de democracia e socialismo

A convite do Partido Comunista Italiano, uma delegação do PCB, dirigida pelo nosso secretário-geral, Luis Carlos Prestes, visitou os principais centros políticos da Itália no final de maio. Os comunistas brasileiros, em sua estada em Roma, Trieste e Milão, observaram de perto o trabalho político, social e cultural realizado pelas organizações e a direção do PCI. Além disso, informaram aos comunistas e à opinião pública da Itália sobre as atividades do PCB, e as formas como ele participa no combate contra a ditadura, e na elaboração de propostas para a sua substituição por uma regime de amplas liberdades democráticas.

Prestes, em nome dos comunistas brasileiros, falou em várias oportunidades, não só em comícios e reuniões como, principalmente, através de entrevistas à televisão e aos jornais italianos, todos interessados em conhecer a posição dos comunistas brasileiros diante da atual conjuntura política.

Os vários encontros entre as delegações dos dois partidos foram marcados pelo nível elevado em que se analisaram as questões discutidas. E também pelo ambiente de camaradagem fraternal, e de mútua compreensão.

Neste quadro, o encontro da delegação do PCB com o camarada Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI, foi outro momento importante do diálogo entre os comunistas brasileiros e italianos. Berlinguer fez uma exposição clara e condensada da complexa situação que vive a Itália, salientando aí a visão crítica do PCI sobre seu trabalho em face aos resultados das eleições administrativas de maio último. Prestes, por sua parte, destacou a importância que os comunistas brasileiros atribuem às eleições que terão lugar este ano em seu País. Essas eleições, segundo pensa o PCB, podem ser decisivas no processo de liquidação da ditadura.

COMUNICADO CONJUNTO PCI-PCB

«A convite do Partido Comunista Italiano, visitou a Itália, entre 23 e 31 de maio, uma delegação do Partido Comunista Brasileiro dirigida pelo camarada Luiz Carlos Prestes, Secretário-Geral do PCB, e composta ainda pelos camaradas Marcelo Santos e Marco Júlio, membros da Comissão Executiva.

Os camaradas brasileiros foram recebidos pelos camaradas Luigi Longo e Enrico Berlinguer, Presidente e Secretário-Geral do PCI, com os quais mantiveram conversações cordiais e amistosas.

A delegação do PCB participou de encontros com uma delegação do PCI composta pelos camaradas GianCarlo Pajetta, do Secretariado e da Direção; Luca Pavolini, do Secretariado; Antonio Rubbi, membro do Comitê Central e vice-responsável pela Seção Internacional; Lina Fibbi, do CC; e Guido Vicário, do cotidiano *Unità*.

Durante sua estada na Itália, a delegação do PCB foi hospede das federações provinciais do PCI de Trieste, Milão e Roma. Nessas cidades, os camaradas brasileiros tomaram parte em manifestações populares organizadas em apoio à sua luta contra a política repressiva do regime ditatorial brasileiro, pela conquista da legalidade democrática e das liberdades civis.

As delegações do PCI e do PCB promoveram um amplo intercâmbio de informações e opiniões sobre a situação em seus respectivos países e sobre as principais questões referentes à situação internacional e ao movimento operário mundial.

As duas delegações sublinharam, em particular, a necessidade de intensificar todos os esforços possíveis para apoiar — através de uma ativa ação de solidariedade internacionalista — a luta de libertação dos povos ainda subjugados em favor de sua plena independência, bem como a luta dos povos de independência recente pela afirmação dos seus direitos e por um desenvolvimento autônomo, contra qualquer intervenção ou ingerência indevida provinda do exterior.

Uma ação de solidariedade internacionalista deve ser desenvolvida em apoio às forças democráticas e progressistas do Brasil e de outros países da América Latina em sua luta contra os regimes ditatoriais e a política repressiva que põem em prática, voltada contra as condições de vida e os direitos democráticos e civis das massas trabalhadoras e populares, contra suas organizações sociais e políticas.

Os dois partidos condenam firmemente as ações de grupos terroristas, dirigidas objetivamente, em todos os países, contra os interesses do movimento operário e a causa da democracia e do progresso.

Na luta pela afirmação dessa causa, as duas delegações consideraram essencial a máxima unidade de todas as forças democráticas; o entendimento e a colaboração dos comunistas com as forças de orientação socialista e com as grandes massas católicas e condição necessária para a renovação e transformação da sociedade.

Os comunistas brasileiros expressaram aos comunistas e democratas italianos o seu reconhecimento pelas repetidas e concretas manifestações de solidariedade e de apoio à sua luta. Além disso, manifestaram seu apreço pela ação que o PCI desenvolve em defesa das conquistas e das instituições democráticas, em favor da renovação e da transformação da Itália.

O PCI e o PCB reafirmaram a sua intenção de desenvolver e intensificar ulteriormente, em todos os campos, as relações de amizade e colaboração entre os dois Partidos, assim como de favorecer o desenvolvimento de relações amistosas entre o povo italiano e o povo brasileiro.

Roma, 31 de maio de 1978»

Construir uma saída para a crise, eis a tarefa atual para as forças democráticas

A Nação está rasgando a camisa de força da opressão.

A vontade da maioria dos brasileiros impõe que vivamos um tempo de mudanças.

Não de mudanças que transformam aparentemente tudo para evitar que tudo se transforme. As forças que assim o querem são ainda poderosas e dispõem de trunfos consideráveis, em primeiro lugar do poder estatal, mas são cada vez mais incapazes de submeter nosso povo a seus projetos, suas conveniências, seus interesses mesquinhos da forma como o fizeram nos últimos 14 anos.

Grupo algum da sociedade pode hoje ditar o que será feito. Passou o tempo em que a ditadura, em nome de um falso conceito de segurança nacional e através da violência, podia reservar-se a última palavra; substituir o debate e o confronto de interesses por um sistema de governo em que tudo é permitido a alguns poucos e tudo é negado aos outros muitos.

A ditadura não acabou. Isto não acontece da noite para o dia. Mas a idéia de que ela acabará, que veio crescendo e generalizando-se na consciência de dezenas de milhões de brasileiros após as eleições de 1974, ganha agora seus primeiros contornos reais. Já se pode quase vislumbrar o processo que conduzirá ao seu fim e à construção de um novo regime, onde primem as liberdades democráticas.

A resistência à ditadura nem sempre apareceu à flor da pele, como agora. Mas esteve sempre nas entranhas da sociedade brasileira, como revelam as greves dos metalúrgicos paulistas. Hoje, a dinâmica do movimento antiditatorial suplantou a dinâmica do regime implantado pelo golpe contra-revolucionário de 1964. O momento em que ingressaremos numa fase de transição pode estar se aproximando. Longe de implicar em relaxamento, dispersividade e euforia, isto nos conduz a preconizar a maior seriedade, a aplicação em buscar os caminhos e criar os meios de superar este regime de pesadelo. Nada está resolvido. É preciso preparar-se, com lucidez e responsabilidade, para construir uma saída. O elemento espontâneo, sempre presente na origem dos grandes movimentos sociais, não basta para conduzir a soluções concertadas. Na hora de negociar, de estabelecer um

compromisso nacional com a democracia, os interlocutores sociais e políticos estarão armados; na medida de suas próprias possibilidades, com intenções bem definidas. Uma nova luta terá lugar. Que ela se dê em condições diferentes das que nos foram impostas nestes 14 anos, e que os interesses populares possam expressar-se com suficiente força política: aí está o ponto nevrálgico.

Em meio às crescentes dificuldades provocadas pela aplicação de uma política antidemocrática e antipopular, o Governo Geisel preparou-se para assegurar a continuidade do regime. Por um lado, através da fixação de um novo quadro institucional, com que pretende em vão responder aos anseios nacionais de democratização. De outro lado, mediante a escolha do sucessor de Geisel, o chefe do SNI.

Ao mesmo tempo, tratava-se, para a ditadura, de recolocar a Arena em situação de poder disputar vantajosamente as eleições de 15 de novembro próximo, entregando ao partido oficial a bandeira de uma «redemocratização» mais que controlada, conduzida pelo Senador Portela sob o olhar vigilante do núcleo militar do regime. A candidatura do chefe do SNI transformou-se assim no desdobramento lógico, em nível presidencial, da «missão» Portela e das medidas de suavização institucional que o governo decidiu apresentar ao País após o término dessa «missão».

Com tais projetos, o regime revelou desconhecer inteiramente o momento político em que vive o País. Os anseios de democratização existentes hoje no Brasil, e que se encontram em todas as classes, camadas e grupos da sociedade brasileira, são bem maiores e vão muito além do limitadíssimo alcance das medidas apresentadas pelo governo ao Congresso.

Tende a aumentar, assim, o descompasso entre o sentimento geral da Nação e aquilo que a ditadura foi obrigada a conceder desde que a cristalização do regime se tornou impossível. As medidas anunciadas por Geisel caíram no vazio porque estão muito aquém do que é hoje o centro das aspirações da imensa maioria do povo brasileiro: a organização e o funcionamento de um regime efetivamente democrático, que restabe-

leça o pleno direito de representação popular sistematicamente negado há 14 anos.

Um quadro novo na realidade do país. A participação dos interesses populares no estabelecimento de um pacto nacional pela democracia. O regime, suas manobras e ameaças, suas cisões diante do crescimento das forças democráticas. As greves de S. Paulo no contexto das lutas nacionais. A livre organização partidária e sindical, a legalidade do PC, características de um regime democrático. Propostas para as questões concretas atuais.

leça o pleno direito de representação popular sistematicamente negado há 14 anos.

É claro que, se a propalada «liberalização» não conseguiu criar um consenso mínimo através da satisfação da aspiração democrática, seriam previsíveis as dificuldades que encontrou e encontra a candidatura oficial para se consolidar. O processo que levou à escolha desta candidatura e seu conteúdo político — reformas que absolutamente não correspondem às necessidades políticas nacionais — restringiram ainda mais as bases de sustentação política e mesmo militar do regime.

A definição oficial da sucessão, o anúncio público das reformas e a escolha dos futuros governadores e senadores arenistas deveriam ter reforçado a coesão interna do partido do governo, segundo os cálculos do regime, reforçando assim a própria posição do chefe do SNI como novo pólo da unidade arenista. Aconteceu o contrário. Velhas divisões eclodem e novas divisões aparecem.

Uma rebelião aberta conduziu à derrota do candidato indicado pelo general Figueiredo na convenção da Arena paulista, enquanto o governo assiste, impotente, à multiplicação das cisões dentro do partido que deverá, teoricamente, assegurar a eleição do ungido oficial à Presidência da República e garantir a maioria parlamentar do próximo período presidencial. E já está se tornando muito difícil para o regime acenar com o emprego da força ou chegar à sua utilização efetiva para a resolução dos conflitos dentro do seu próprio campo.

O consenso que existia no Alto Comando e que garantia a suposta homogeneidade antidemocrática das Forças Armadas começa a desaparecer, substituído por algo que eis hoje apenas encobriria: o mal-estar que também existe entre os militares. Indica-o a necessidade sentida pelo Ministro do Exército de vir a público anunciar a fidelidade e o engajamento do Exército à candidatura oficial.

Atesta-o também o surgimento, na disputa pela Presidência, de uma candidatura militar contrária à do chefe do SNI. A candidatura do general Euler Bentes Monteiro não se apresenta apenas como uma contestação a can-

didatura do general Figueiredo. Ela contém elementos visíveis de hostilidade à política do regime. Se o lançamento anterior da candidatura do Senador Magalhães Pinto e as sucessivas divisões e rebeliões da Arena atestam a impotência do governo para manter a unidade de sua base política, a candidatura do General Bentes é a evidência de que esta impotência está se transferindo também para a base militar do regime.

O regime está perdendo aquilo que foi algo de essencial na história da ditadura brasileira: o controle de seus próprios processos e mecanismos de sucessão presidencial. Hoje, já não se consegue impor ao País uma nomeação a general-presidente, como aconteceu com Costa e Silva, Médici e Geisel: o povo resiste e reage cada vez mais e, por isso, aumentam a resistência e a reação das forças políticas, provocando deslocamentos de opinião importantes dentro das Forças Armadas e fazendo com que setores e personalidades militares se aproximem ou passem a integrar o campo da resistência democrática.

As últimas greves realizadas em São Paulo, mobilizando dezenas de milhares de metalúrgicos em unidades industriais vitais do aparelho produtivo nacional, não são nem um simples acidente histórico nem, menos ainda, algo que se inscreve na normalidade das relações entre patrões e empregados, como se apressou a declarar o Ministro do Trabalho.

Diálogo, a classe operária sempre buscou; os encontros, reuniões e congressos de dirigentes sindicais sempre procuraram apontar soluções e medidas que visavam a diminuir o grau insuportável de miséria das massas trabalhadoras no Brasil. Mas a classe operária conheceu, ao longo do tempo, as duras respostas que o regime, com o apoio dos patrões, deu às tentativas de diálogo: arrocho salarial e violência para manter a política de exploração e monopolização crescentes.

Normalidade de uma ação grevista nos quadros de um regime como o brasileiro? A verdade é que, diante do grau de coesão, de combatividade e de maturidade revelado pelos grevistas, o governo recuou e foi derrotado, pois este governo é a encarnação de um regime que nunca aceitou a greve como meio de expressão legítima da classe operária e que sempre reprimiu quaisquer tentativas grevistas com a violência mais aberta.

Os operários paulistas mostraram o que valeu o aprendizado de uma resistência longa, paciente, cautelosa, mas nem por isso menos inequívoca. O movimento grevista de São Paulo conseguiu atravessar a contento três momentos igualmente difíceis e cheios de armadilhas: eclodir, desenvolver-se e obter uma solução. Ele mostrou ainda, dada sua inserção singular no processo político nacional, o papel decisivo que a classe operária tem a desempenhar na construção da democracia. Ficou claro que nenhuma força política, que ninguém poderá organizar um regime democrático em que não sejam

reconhecidos os direitos essenciais dos trabalhadores, como o direito de greve e a liberdade de organização sindical.

É também cada vez mais claro que a livre organização das forças e correntes políticas deverá caracterizar um regime democrático. Os comunistas lutarão pela plena aplicação deste princípio. Lutarão, portanto, pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro. Legalidade que, uma vez conquistada, será um elemento essencial para definir o grau da normalidade democrática da vida brasileira.

O alargamento do campo das forças democráticas, que é o elemento principal do quadro em que hoje vivemos, coloca a questão central da unidade deste campo e das relações entre as diversas forças que o compõem.

A convergência dos diferentes movimentos de oposição no seu choque com o regime está desembocando na criação de uma frente capaz de expressar aquilo que é efetivamente comum a todas as forças e segmentos oposicionistas: o desejo de substituir o atual regime por um regime democrático. Nesta medida, uma frente que incorpore movimentos que partem de associações de profissionais liberais, como a Ordem dos Advogados, que incorpore o movimento oposicionista da Igreja católica, dos estudantes, dos intelectuais, das mulheres, dos militares e, sobretudo, das massas trabalhadoras, através de suas organizações sindicais, é necessariamente mais ampla que o partido legal de oposição, o MDB. Entretanto, ninguém pode substituir o papel fundamental que o MDB deverá desempenhar na organização e dinamização desta frente, como canal de expressão político-parlamentar e eleitoral dos diversos movimentos que podem integrá-la.

Mas, para que isto ocorra, para que o MDB possa ser um pólo ativo de organização destes movimentos, a manutenção e o aprofundamento de sua própria unidade interna tornam-se vitais. Não se pode pensar em organizar uma frente pela democracia no Brasil através da divisão do partido legal de oposição, num momento em que o regime, sentindo seu isolamento, procurará certamente criar divisões no campo democrático. Essa unidade é condição para uma ampla vitória nas eleições legislativas de novembro. A derrota do regime, em tais eleições, será a melhor garantia do fortalecimento da oposição em seu conjunto.

Os pontos programáticos do MDB podem, assim, servir como uma base de negociação para a constituição de uma frente democrática nesta conjuntura, respeitados, evidentemente, os pontos específicos de reivindicação de cada segmento. Os comunistas consideram que só um amplo entendimento entre todos os grupos, setores, correntes e personalidades que se empenham na luta pela democracia no Brasil pode traçar os rumos e fixar as diretrizes que deverão nortear a formação e o desenvolvimento de uma frente pela democracia.

A acumulação de forças que ora se processa no campo democrático, aliada à ace-

leração do desgaste do regime, permite uma avaliação nova da questão eleitoral. Já não se trata mais, como ocorreu em eleições passadas, parlamentares e presidenciais, de exprimir nas urnas e no Congresso um voto de repúdio ou protesto.

Assim sendo, o problema não se situa, hoje, no lançamento de uma anticandidatura para a Presidência da República. Os comunistas acreditam que as forças oposicionistas podem lançar uma candidatura que, através de sua pregação democrática, constitua um fator importante de impulsionamento da luta oposicionista, facilitando a construção de uma frente pela democracia e sendo, por isso mesmo, capaz de atrair novas forças e setores para o bloco democrático. Consideramos que as diversas correntes e setores oposicionistas devem examinar esta questão da maneira mais aberta possível, sem preconceitos de nenhuma espécie. O que interessa, hoje, é unificar e ampliar o campo democrático, e qualquer candidatura, civil ou militar, da ativa ou da reserva, que atender a este requisito básico, poderá tomar-se, ao nosso ver, a candidatura das forças democráticas à Presidência da República.

Mas o momento privilegiado de manifestação da oposição à ditadura e dos anseios democráticos será a eleição direta de novembro. E, nas condições atuais, o canal mais amplo de participação popular.

As eleições parlamentares de 1978 poderão adquirir uma dimensão até aqui imprevisível, dada a aceleração do ritmo da vida política brasileira. O que não se pode conceber é que elas percam nem uma grama do conteúdo político que já têm.

Elas podem ser travadas de tal modo que a campanha eleitoral reflita já a existência de uma frente democrática que é, certamente, amplamente majoritária no País, permitindo, ao mesmo tempo, a incorporação crescente das massas populares e da classe operária à luta contra o regime.

O desenvolvimento da campanha eleitoral em torno de propostas claras, e de modo a permitir que os eleitores não tenham dúvidas quanto às opções a fazer, não contradiz a extensão do trabalho pela organização da frente, não contradiz a extensão do trabalho pela organização da frente, não contradiz sequer o início do exame de soluções concretas para que se ingresse numa fase de transição. A sabedoria das forças democráticas consistirá em saber articular convenientemente os diversos momentos e instâncias deste processo que a maioria imensa dos brasileiros deseja ver deflagrado o mais cedo possível.

Uma vitória expressiva da oposição é a garantia básica do reforçamento do campo democrático e o motor de sua ampliação a setores dissidentes e hesitantes do campo governista. As forças democráticas poderão, nestas condições, impor novos recuos ao regime, acelerar ainda mais a sua decomposição e conduzir o Brasil em direção à democracia.

Deformação e manipulação da televisão no Brasil

A vida cultural brasileira reflete, inevitavelmente, a fusão bizarra de sofisticação tecnológica «moderna» e primitivismo subdesenvolvido promovido pelo regime implantado em 1964. O pólo dinâmico, centrado sobre os monopólios, combina-se com a herança de atraso, incorpora segmentos pré-capitalistas, mas deixa-se gostosamente contaminar pelo subdesenvolvimento. E o subdesenvolvimento reforça o caráter dependente do capitalismo monopolista de Estado implantado no Brasil. Combinam-se a «velha» e a «nova» dependência.

Nos diferentes setores da vida cultural, assumem formas distintas não só as pressões da resistência democrática como as combinações dos interesses dos monopólios nacionais e estrangeiros e a aliança desses interesses com as velhas taras elitistas da sociedade brasileira, com antiquíssimos preconceitos antipopulares.

Vale a pena evocar aqui, rapidamente, a situação num setor básico, como é o da televisão. Até alguns anos atrás, era imensa a significação do rádio. Ainda hoje, o rádio desempenha um papel importante (e a proliferação dos rádios-transistores sublinha essa importância), mas de 1963 a 1973 o número das emissoras baixou de 915 para 827. Enquanto isso, crescia enormemente o papel da televisão: de 1963 a 1973 triplicou o número de horas transmitidas pela TV.

A instalação de uma emissora de televisão exige investimentos notavelmente superiores aos que são necessários para a instalação de uma emissora de rádio: de modo que a esfera da televisão tendeu, desde o começo, a rolar na direção da monopolização.

Ao contrário do sistema francês, ou alemão, o sistema brasileiro de televisão não é estatal: o Estado concede (como nos Estados Unidos) canais de emissão a grandes empresas, que se põem a explorá-los. A diferença entre as emissoras de TV norte-americanas e as brasileiras está na proporção em que as primeiras produzem a matéria que emitem e na proporção em que as segundas emitem matéria importada. Em 1973, as emissoras de televisão no Brasil emitiram cerca de 600 horas de propaganda comercial, 500 horas de transmissões esportivas, 950 horas de programação «ao vivo» e 1.150 horas de «enlatados» (quer dizer, de material estrangeiro — sobretudo norte-americano — importado). O material estrangeiro constituiu em 1973 uma quarta parte do conjunto do material difundido pela TV no Brasil. No que se refere aos filmes de longa metragem, então, a proporção é bem mais impressionante: para 6 filmes brasileiros, houve 58 franceses, 93 italianos, 262 ingleses e 878 norte-americanos.

A influência dessa massa de filmes estrangeiros sobre as crianças e os jovens é poderosíssima. A ideologia disseminada pela televisão que os transmite não é a de alguns

filmes excelentes e sim a da maioria mediocre. Num seminário de telecomunicações realizado em novembro de 77 em Porto Alegre, um sociólogo revelou ter feito uma pesquisa com 900 crianças e ter apurado que elas, sob a influência da televisão, admiravam os norte-americanos, achavam que todos os ricos eram bons e consideravam maus os negros, os camponeses e os operários.

Embora se ache em mãos de particulares, a televisão brasileira é atentamente controlada pelo Estado. A TV funciona sob um regime de censura *quádrupla*: a do Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações), a da Polícia Federal, a da direção de cada emissora e a autocensura que cada jornalista é incitado a praticar. O telejornalismo é controlado com fúria especial: em novembro de 77, o diretor do departamento de jornalismo da TV-Bandeirantes foi afastado de seu posto e o presidente da emissora explicou que se tratava de «mero desentendimento pessoal», sem implicações políticas. Mas acrescentou: «Contudo, o Rio de Janeiro não é só miséria, problemas, reivindicação popular; é um lugar bonito, de flores e de mar». Confirmou, assim, a divergência mais profunda que a empresa tinha com a concepção jornalística do profissional demitido, empenhado em abordar os problemas mais importantes da vida carioca (Cf. *Veja*, 30-11-77).

Em numerosas ocasiões, a TV foi impedida de noticiar coisas que os jornais têm sido autorizados a publicar. Mesmo agora, a suspensão da censura a *Movimento*, *Tribuna da Imprensa*, *O São Paulo* (que não esgotou a questão da liberdade de imprensa no Brasil, longe disso, como sabe qualquer leitor, por exemplo, da *Voz Operária*) não foi acompanhada de qualquer gesto em direção ao rádio e à TV. O coronel Toledo de Camargo, antigo porta-voz de Geisel, havia explicado: «Os veículos tipo rádio e televisão, pela sua penetração popular, têm consequências muito diferentes da imprensa escrita» (*Unidade*, S. Paulo, março de 77). Todos sabemos como o rádio e a televisão penetram no espaço vazio deixado pelo analfabetismo, pelo preço elevado — sobretudo para o orçamento popular — dos jornais e revistas, por 14 anos de amordaçamento do jornalismo político, do humorismo, da crítica social. Se os jornais, apesar disso, continuaram a formar opinião no seio de certas camadas da sociedade, a verdade é que a formação da opinião das grandes massas populares repousa basicamente, em matéria de imprensa, sobre a televisão e o rádio.

Para não abordar assuntos «quentes», que acarretariam conflitos com a direção da empresa ou com as autoridades, o *Jornal Nacional* da TV-Globo andou durante algum tempo dedicando seu tempo a reportagens com os bichos do Jardim Zoológico, o que levou o humorista Millor Fernandes a classificá-lo como «um informativo altamente zoológico». Isto não é casual. A estrutura da TV está comprometida com um sistema sócio-econômico que, para preservar os privilégios dos monopólios nacionais e estrangeiros (radicalmente opostos aos interesses da esmagadora maioria da população brasileira), não pode deixar de se empenhar na manipulação da opinião pública, procurando impedir que as pessoas tomem consciência de seus problemas reais e que elas cheguem

a compreender o que lhes cabe fazer para superá-los.

Em sua difusão dessa ideologia que estimula modos de pensar acríticos, a televisão conta com o apoio das grandes empresas de publicidade (entre as quais se destacam, sintomaticamente, as empresas estrangeiras: Walter Thompson, Mc Can Erickson, Norton, Gant Advertising, Young & Rubicam, G&K, Standard Oil & Mather, etc.).

Um dos indícios de que se estaria avançando num processo de implantação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil se acha no montante dos investimentos feitos na publicidade: de 1972 a 1973, por exemplo, o orçamento publicitário se elevou de 24% e atingiu 1,3% do PNB brasileiro (4.250 bilhões de cruzeiros).

Há um elevado grau de concentração de capital no setor das empresas publicitárias particulares: em 1973, uma sexta parte das empresas dominava 90% dos investimentos. Apesar das vultosas somas investidas nos grandes jornais e nas revistas, o veículo preferido pela publicidade é a televisão: em 1973, a TV consumia 46% do orçamento publicitário global. O governo foi obrigado, naquele ano, a fixar um limite máximo de 15 minutos de publicidade por hora de programação televisiva...

Levando em conta a existência no Brasil tanto de um público comprador próspero como de um mercado de classe média empobrecida (e de um mal definido «público popular»), os especialistas desenvolveram técnicas de propaganda sutis e refinadas (destinadas aos compradores abastados) e técnicas voltadas especificamente para o «povo» (Bastel, «tudo a preço de banana»; Casas da Banha, «barato todo dia»; esque-mas do tipo «compre dois e leve três»).

A amplitude da ação publicitária corresponde às formas complexas de um capitalismo que não pode mais se limitar ao controle da produção, que não pode mais confiar nos mecanismos «espontâneos» do mercado e precisa controlar (ou tentar controlar) o comportamento do consumidor. É a fase daquilo que já foi chamado de «sociedade de massas de consumo dirigido», ou, mais sucintamente, «sociedade de consumo».

No Brasil, foi implantada essa tal «sociedade de consumo»; mas, como o país continuou a ser subdesenvolvido, a «sociedade de consumo» ficou limitada a um núcleo restrito, parecendo por vezes uma ilha exótica no meio de um mar de subconsumo.

Essa extrema disparidade interna, esse descompasso brutal no interior do mercado alcançado pela televisão (e que a publicidade procura «cobrir») gera situações grotescas, como, por exemplo, a de uma propaganda de sabonetes que se orgulha de ser uma das mais aperfeiçoadas do mundo num país cuja população, em mais de dois terços, não tem condições para usar sabonete, por força da miséria.

Semelhantes situações grotescas fazem da televisão brasileira uma das áreas da vida cultural onde se manifesta mais gritantemente aquilo que a ideologia dominante procura ocultar: a profundidade do contraste que se criou entre a situação das massas exploradas e a desenvoltura com que agem os monopólios.

Alaor Barreto

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA

As eleições peruanas

As eleições que se realizaram no Peru, no dia 18 de junho, para a eleição de uma Assembleia Constituinte, representam, sem dúvida alguma, uma vitória das forças democráticas e antiperuistas. Não nos referimos aos resultados eleitorais, mas ao fato mesmo da realização das eleições que exprimem um auto-reconhecimento do governo Morales Bermudez de abrir alternativas viáveis ao complexo quadro que se desenvolve naquele país.

A deposição de Alvarado, em agosto de 1975, abriu caminho para mudanças substanciais na orientação da política peruana. Estas mudanças se processaram, fundamentalmente, em dois níveis. Em primeiro lugar, o governo de Morales Bermudez, apesar de manter inicialmente a linguagem e de propor objetivos que correspondiam, no essencial, às metas fixadas por Alvarado, procedeu a uma gradual marginalização do núcleo militar antiperuista e dos grupos e setores comprometidos com um tipo de desenvolvimento nacional, os quais haviam sido o principal sustentáculo do governo Alvarado. Em segundo lugar, Bermudez e a nova equipe militar modificaram os princípios básicos da política econômica anterior, aproximando cada vez mais o Peru do bloco capitalista, e tornando o país, por isso mesmo, vulnerável às pressões do capital financeiro internacional. Ao mesmo tempo, internamente, reforçaram-se as posições dos grupos oligárquicos e financeiros no aparelho de Estado, criando assim condições para as mudanças que Bermudez, pressionado pelos grupos internacionais, foi levado a introduzir.

De qualquer modo, não foi possível para o governo peruano realizar estas alterações sem que houvesse um vigoroso protesto e reações das forças populares e das massas trabalhadoras naquele país. Bermudez, atendendo às exigências do FMI (Fundo Monetário Internacional), cortou subsídios à importação de petróleo e de produtos agrícolas, provocando um aumento de 50 a 60% nos preços dos alimentos básicos e dos transportes públicos. O Banco Central estava com suas reservas cambiais praticamente esgotadas, e necessitando de financiamentos e créditos, a curto prazo, para fazer face ao serviço da dívida externa. O grupo de banqueiros americanos e os «técnicos» do FMI que examinaram as contas peruanas exigiram medidas de «austeridade» econômica, ou seja, mais sacrifícios para as massas trabalhadoras.

As diversas centrais sindicais peruanas responderam a estas medidas com a convocação de uma greve geral que praticamente paralisou o país nos dias 22/23 de maio, e em que o governo usou a violência aberta com o objetivo de impedir a greve. Diversos líderes sindicais e dirigentes políticos foram expulsos do país, e internados numa base militar na Argentina. O governo Bermudez tentou ainda uma manobra de última hora: bloquear a realização das eleições, previstas para o dia 11, mas a unidade e firmeza das diferentes correntes políticas e do movimento sindical impediram que isto ocorresse. O máximo que obteve Bermudez foi um adiamento das eleições por uma semana, que certamente re-

sultará em maior desgaste do seu desacreditado governo. Pressionado pelos credores internacionais, sem condições de aplicar a política de austeridade ditada pelo FMI devido à resistência oposta pelos trabalhadores, Bermudez está tentando construir um pacto social, que integre as massas trabalhadoras e o empresariado.

Mas qualquer tentativa de negociação terá, necessariamente, que ser referendada pelas formações políticas representadas na nova Assembleia Constituinte. O esforço de Bermudez no sentido de isolar as forças de esquerda e estabelecer negociações com a classe operária não será, provavelmente, bem sucedido: o governo militar peruano encontra-se em situação de isolamento, e a condução do processo político tende a passar para as mãos dos partidos e correntes organizadas, inclusive o movimento sindical que demonstrou, na greve geral do maio, seu nível de combatividade e unidade.

P. Gonçalves

Africa de quem?

Ao acusar o governo cubano de instigar a recente invasão da província do Shaba, no Zaire, pelos ex-gendarmes catangueses, o presidente Carter demonstrou não só um profundo desconhecimento dos problemas políticos africanos, na atual conjuntura, como também, fato mais grave, que não está disposto a permitir que a normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba — processo que vinha sendo esboçado desde o início de seu governo — seja ultimado.

O discurso de Carlos Rafael Rodríguez, em nome do governo cubano, na ONU, foi claro e incisivo. Cuba não tem nenhuma responsabilidade naquele acontecimento, que é fruto de uma situação criada pelo colonialismo no continente africano. E que os Estados Unidos continuam a agravar pela manutenção de uma política contrária ao interesse das nações africanas.

Lançar a responsabilidade dos problemas congaleses sobre Cuba é simplesmente buscar meios de reativar a guerra fria na África e na América Latina, tentando apresentar Cuba como uma ameaça à paz mundial, com vistas a dificultar a integração de Cuba ao continente americano.

Foi o apoio americano ao FNLA, assim como o alemão à Unita, que juntos se esforçaram para derrubar o governo de Agostinho Neto, em Angola, quem determinou a intervenção cubana no continente africano. É a política dos governos ocidentais, que continuam a fazer da África palco de intervenções neo-colonialistas sistemáticas, onde se reflete ao mesmo tempo o choque entre os diversos interesses imperialistas, e o choque entre as nações africanas e o sistema imperialista em seu conjunto, que carrega a maior parcela de responsabilidade na situação que se criou. Foi o apoio, aberto ou velado, ao regime de Voster na África do Sul, e de Smith na Rodésia, que criou as tensões agora eclodindo na África Austral, ao mesmo tempo que é a garantia dada, pelo ocidente, de continuidade do regime de Mobutu que agrava os problemas no Zaire.

O episódio de invasão do Shaba ilustra bem este quadro. Os interesses belgas e franceses na companhia que controla o essencial das riquezas minerais desta pro-

vincia se tornaram conflitivos. Divergências públicas, acusações mútuas e a completa falta de coordenação entre as respectivas forças de intervenção atestaram que, enquanto Giscard d'Estaing se interessava mais pela permanência de Mobutu no poder do que pelo resgate dos prisioneiros europeus, o governo belga de Tindemans se preocupava muito mais em chegar a um acordo com os catangueses, mesmo que isto resultasse na queda de Mobutu e na separação da província.

Por outro lado, a intervenção francesa não poderia ter sido efetivada sem o apoio material e logístico americano, pois as forças armadas francesas não dispõem de meios de transporte aéreo com raio de ação suficiente para atingir o Zaire. Se o governo francês aceitou desempenhar o papel de ponta-de-lança dos interesses colonialistas e imperialistas ocidentais, Washington não só estimulou esta ação, como também forneceu meios necessários para a sua execução.

E esta, então, a política de Carter para a África: ou seja, a de dar cobertura às aventuras imperialistas e colonialistas de todo o tipo? Não foi exatamente esta a mensagem que Carter tentou divulgar em sua campanha eleitoral, e ainda no início de seu governo. Se os Estados Unidos quiserem continuar a se engajar numa política que convém, somente, aos interesses dos círculos financeiros europeus e norte-americanos, e se o governo Carter está disposto a ser o instrumento de tal política, a consequência inevitável será um aumento das tensões regionais e mundiais, além de novas ameaças à paz.

E a responsabilidade, mais uma vez, não será nem de Cuba, nem muito menos do campo socialista.

P. G.

PCB nos congressos do PC grego e da Liga dos Comunistas da Iugoslávia

Uma delegação do Comitê Central do PCB participou dos trabalhos do primeiro congresso do PC grego após a queda da ditadura dos coronéis, realizado em Atenas, em maio último.

O secretário geral do nosso partido, Luiz Carlos Prestes, que conduzia a delegação, fez parte da presidência dos trabalhos, a convite dos camaradas gregos. Prestes, em nome dos comunistas brasileiros, saudou os êxitos obtidos pelo PC grego em seu combate, particularmente por ocasião das recentes eleições parlamentares, e encontrou-se com o camarada Florakis, secretário geral daquele partido.

Entre as 130 delegações de partidos comunistas, socialistas e progressistas convidadas a assistir ao XI Congresso da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, realizado em Belgrado a partir do dia 20 do corrente mês, figurou a representação do Partido Comunista Brasileiro, encabeçada por seu secretário geral, Luiz Carlos Prestes.

Frente democrática: instrumento do pacto em torno do novo regime

Em *Movimento* de 29-5-1978, pode-se ler um interessante debate sobre a atitude que as forças democráticas e populares devem assumir diante do lançamento da Frente Nacional pela Redemocratização, patrocinada sobretudo pelo Senador Magalhães Pinto e pelo General Euler Bentes.

O que aqui nos interessa destacar é, digamos, um problema de princípio: Através das várias entrevistas colhidas pelo referido semanário e de alguns dos artigos assinados, é possível perceber que — por trás das diferentes posições, favoráveis ou contrárias à participação nessa Frente concreta — delineia-se uma questão mais geral: a frente única propugnada por todas as forças populares, como um dos instrumentos essenciais para pôr fim ao fascismo em nosso País, deve ser uma frente democrática ou uma frente de esquerda?

O PCB, desde 1964 e em particular a partir do seu VI Congresso em 1967, tem insistido na idéia de que o caráter dessa frente — na medida em que deve representar a convergência de todos os setores interessados na eliminação do atual regime — há que ser essencialmente democrático. Isso resulta da avaliação de que o principal obstáculo ao progresso social em nosso País é hoje representado pela manutenção da ditadura militar-fascista, que — ao impedir e reprimir a livre organização das massas populares — cria o clima favorável a que se exerça uma implacável ditadura dos monopólios (sobretudo internacionais) sobre a esmagadora maioria da Nação.

A prática tem demonstrado, em particular nos últimos tempos, que é possível unir amplas parcelas e segmentos da sociedade brasileira, desde a classe operária até setores da grande burguesia descontentes com aspectos concretos da política do atual regime, em torno de algumas reivindicações ceradamente mínimas (enquanto constituem um mínimo denominador comum), mas cuja obtenção significaria o fim desse regime de arbitrio que oprime o nosso povo. Mais que isso: uma análise objetiva da atual conjuntura revela que, se essa unidade for consolidada, não será exagero afirmar que os dias da ditadura estarão contados.

Essas reivindicações — anistia ampla e irrestrita, fim da legislação de arbitrio, restabelecimento do *habeas corpus*, livre organização partidária e sindical, etc. — não tocam diretamente nos fundamentos econômicos do domínio do capital monopolista, na situação de dependência ao imperialismo ou no monopólio da terra em nosso País. Mas — é nossa profunda convicção — elas abrem terreno para, uma vez satisfeitas, obter-se um avanço substancial na organização política e sindical das camadas assalariadas e popula-

res. Um regime de plenas liberdades democráticas é condição histórica indispensável para que tais camadas possam exercer um novo papel na vida nacional, lutando abertamente pela defesa dos seus interesses específicos e, ao mesmo tempo, pela transformação profunda das injustas bases econômicas e sociais da atual sociedade brasileira.

Por isso, consideramos equivocada definir a idéia de uma frente democrática ampla como «manobra contra as classes populares» tão somente por não constar do programa de uma frente desse tipo a satisfação imediata das reivindicações operárias. Trata-se de uma posição estreita, de tipo economicista ou corporativista. A defesa das liberdades democráticas, inclusive em seu nível formal, é uma tarefa que interessa diretamente à classe operária. E não apenas porque, num regime democrático, o proletariado poderá se organizar livremente e, esse modo, fazer valer com maior força os seus interesses específicos, corporativos. Mas também, e sobretudo, porque a democracia é o terreno mais adequado para que o proletariado, formulando propostas globais de transformações econômica e social, conquiste aliados, defina-se como classe nacional, hegemônica, capaz de apresentar as soluções mais justas e mais unitárias para os problemas vividos pelo conjunto das camadas populares e dos setores sociais prejudicados pela ação dos monopólios nacionais e internacionais. Se não for capaz de defender e impulsionar a democracia, de transformá-la em objetivo estratégico (e não apenas tático) de suas batalhas, o proletariado se condenará a uma posição subalterna, expressa no fechamento em torno da defesa de seus interesses puramente «economicistas». Na medida em que, desse modo, abandona-se o terreno da luta política (e da democracia) nas mãos da burguesia, essa posição estreita favorece a perpetuação do domínio do capital monopolista em nosso País.

Por outro lado, exigir que uma frente antiditatorial, nas condições atuais, inclua em seu programa a luta contra os monopólios, contra o imperialismo, pela reforma agrária radical, etc., é revelar escassa atenção para a correlação de forças atualmente existente em nosso País; mais que isso, é dar provas de incompreensão acerca das tarefas que se abrem presentemente às forças democráticas e, em particular, às forças ligadas às camadas populares. Essa desatenção e essa incompreensão, se transformadas em prática política, teriam um efeito similar ao do «economicismo» acima criticado: significariam o isolamento das forças de esquerda e dos setores populares que elas pretendem representar.

Decerto, é preciso evitar a todo custo que a atual convergência antiditatorial reproduza o velho modo de fazer política em nosso País, caracterizado por acordos de cúpula e pela exclusão das massas populares nos processos decisórios. Não duvidamos mesmo que uma tal concepção elitista da política esteja na base do pensamento e da ação de muitos dos articuladores da Frente Nacional pela Redemocratização. Mas, para derrotar essa tendência elitista, a solução não está no isolamento; ao contrário, é imprescindível que a classe operária e as camadas populares assumam como também seu o processo unitário em curso, para levá-lo adiante, para impor aos aliados «moderados» e vacilantes a completa realização do programa democrático. Acreditamos, por exemplo, que só assim será possível incluir no programa de uma frente ampla medidas tais como a legalização dos partidos populares, entre os quais o PCB, e a conquista efetiva do direito de greve e das liberdades sindicais. O radicalismo que condena a participação numa frente democrática expressa, no caso, uma posição derrotista: expressa pouca confiança na capacidade de luta e de hegemonia das classes populares no seio da dinâmica aberta pela consolidação de um amplo movimento unitário de oposição.

Todavia, a organização da unidade em torno de um programa democrático mínimo não significa que as forças da esquerda deixem de apresentar, desde agora, os seus programas de reformulação social e econômica. A democratização política do país é certamente condição necessária, mas não suficiente, para a satisfação dos interesses das massas trabalhadoras, das camadas médias, dos pequenos e médios empresários nacionais. Os grupos e partidos que representam essas forças podem e devem buscar entendimentos no sentido da elaboração de uma plataforma unitária, de tipo antimonopolista e antiimperialista, que sirva de base para a formação, numa etapa posterior, de um novo bloco de poder nacional-popular. (Isso não significa, por outro lado, que esse novo bloco não mantenha com os setores moderados e puramente liberais um acordo ou um pacto em torno do respeito às regras do jogo democrático que venham a ser instituídas por uma Assembléia Constituinte livremente eleita).

Na verdade, quanto mais as forças populares (comunistas, trabalhistas, socialistas, cristãos) participarem ativamente dos processos unitários em curso, quanto mais forem capazes de marcar sua presença no seio da ampla frente opositorista que se está formando no País, tanto mais fácil será — após o fim do atual regime — consolidar as conquistas democráticas no plano político e aprofundá-las num sentido social e econômico. O PCB, portanto, não pretende que seja omitido ou deixado de lado aquilo que distingue as forças populares dos segmentos puramente liberais da frente democrática. Mas as tarefas do período impõem uma unidade de todas as forças e personalidades interessadas em se desfazer da ditadura, quaisquer que sejam as suas origens de classe ou suas convicções políticas. Ora, essa unidade só pode se consolidar em torno de um programa democrático bem definido e não em torno de um hipotético programa «de esquerda».